

Ulysses leva 5 líderes sindicais para almoço no Palácio do Planalto

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que está exercendo interinamente a Presidência da República, almoçou no Palácio do Planalto com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, e com os presidentes do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Empregados nos Serviços de Asseio e Conservação de São Paulo, Roberto Santiago, da Federação Metalúrgica de Santa Catarina, Amazonas Padilha, e da Federação Metalúrgica de Minas, Jorge Noman. Mais quatro sindicalistas, todos filiados à CGT. "Foi a primeira vez que almoçamos no centro do poder", disse Medeiros.

Antes de saborear o almoço — peixe com batata cozida, legumes com maionese e arroz e vinho branco — Ulysses quis conhecer a opinião dos sindicalistas a respeito da nova Constituição. "Nós a apoiamos, porque ela, além de ser positiva e moderna, acena diretamente aos trabalhadores", disse Medeiros. O presidente da Constituinte quis saber também o que os representantes dos trabalhadores achavam da definição do direito de greve. "Ela deve ficar como está. Se houver abusos, serão punidos de acordo com a lei." disse Roberto Santiago.

A supressão da expressão "máxima", contida no texto constitucional que fixa em seis horas a "jornada máxima de trabalho", permitirá, de acordo com os sindicalistas, que as negociações entre empregados e empregadores sejam ampliadas.

"O doutor Ulysses nos garantiu", disse Medeiros, "que serão mantidos os benefícios concedidos aos aposentados, mas com esse tipo de aposentadoria nós não podemos concordar. Ela só irá permitir que novos marajás ressurgam. Para nós, os marajás devem ser expulsos do serviço público".

Da cama à empresa, a difícil rotina

Entre goles do vinho Clos des Nobles (branco nacional), Ulysses ouviu do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, um inesperado argumento em favor da manutenção, no texto constitucional, do turno de seis horas nas empresas em que o trabalho é ininterrupto: "O operário mais sacrificado, como aquele que trabalha nos altos-fornos das siderúrgicas, sequer alcançou a estabilidade sexual. Quando a mulher se acostuma a vê-lo na cama de manhã, ele passa a trabalhar à tarde ou à noite". Ulysses não se conteve, deu uma grande gargalhada.

Falta de quorum leva lideranças a acordo para apressar votação

BRASÍLIA — Preocupados com a falta de quorum, os líderes partidários na Constituinte estudam mecanismos para apressar as votações do segundo turno. Não houve votação na sessão de ontem, pela segunda vez consecutiva. Duzentos e setenta e três constituintes registraram sua presença, faltando apenas sete para atingir o quorum de 280 votos, necessário para as votações.

Segundo o vice-líder do PMDB, deputado Antônio Brito (RS), as sugestões apresentadas já têm o apoio de todas as lideranças e deverão ser colocadas em prática na próxima semana. As emendas que contam com o apoio de todos os líderes serão votadas em bloco, durante a apreciação do título a que se referem. As emendas polêmicas poderão ter suas votações concentradas em um só dia da semana.

"O maior problema, são as emendas teimosas, aquelas que não possuem o voto sim de nenhuma liderança", explicou Antônio Brito. Este problema poderá ser resolvido se seus autores, convencidos de que elas serão rejeitadas no plenário, aceitarem retirá-las antecipadamente.

Cerca de 100 sindicalistas — metalúrgicos de Porto Alegre, papeleiros de São Paulo, petroleiros de Duque de Caxias e urbanitários do Rio — fizeram intenso lobby ontem na Constituinte contra a possibilidade de qualquer acordo para retirar do projeto de Constituição o turno máximo de trabalho de seis horas.

O que a Constituinte negocia

De uma extensa lista de 52 pontos enviada na semana passada pelo governo, a liderança do PMDB na Constituinte concordou, de imediato, em alterar substancialmente 18, e abriu negociações em torno de outros 13 pontos. Isso significa predisposição de conciliação em cerca de 60% do texto da nova Constitui-

ção. O PMDB ficou pé em 21 pontos. Não aceita conversar sobre eles. A medida em que o projeto for votado pelo plenário, os acordos e as negociações podem ganhar o apoio das outras lideranças partidárias da Constituinte e o voto da maioria dos parlamentares. Mesmo se não for consensual, o apoio do PMDB

pode garantir a aprovação das alterações reivindicadas pelo Palácio do Planalto. Não se pode esquecer, entretanto, que no primeiro turno de votação algumas propostas acertadas em acordo foram derrotadas no plenário, que é soberano. A seguir, o resultado dos entendimentos até agora:

Acordo fechado

Patentes — Os autores de inventos terão proteção especial a ser definida em lei futura. Antes, o texto se referia apenas às criações industriais.

Extraditão — O brasileiro poderá ser extraditado para outro país, se praticar tráfico de entorpecentes e drogas. Esta pena se restringia apenas ao tráfico internacional.

Carta ferida — Será retirada do texto a possibilidade de o cidadão entrar na Justiça contra ato ou omissão que fira a Constituição.

Licença-paternidade — O benefício ficará mantido, mas sua duração será definida por futura legislação.

Impugnação — O mandato poderá ser impugnado por abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Foi excluído o subjetivo recurso "por transgressões eleitorais".

Abastecimento — A União, os estados e os municípios terão apenas de incentivar a produção e o abastecimento alimentar. Antes, teriam de organizar o abastecimento.

Aposentadoria — As pensões serão revistas simultaneamente com os reajustes concedidos aos funcionários na ativa. Mas as reclassificações não serão computadas para os aposentados. Cairá a aposentadoria segundo normas em vigor na data da admissão do funcionário público. Não há mais condições, portanto, de serem criadas vagas de marechal.

Veto a ministro — O Congresso ficará proibido de manifestar formalmente discordâncias a depoimento de ministro de Estado.

Moção de Censura — Cairá a possibilidade de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados apresentarem moção de censura a ministro de Estado.

Rótulos — Os produtos industrializados não terão de discriminar o valor dos impostos que sobre eles incidem. Apenas o preço de venda.

Impostos — Se a União criar novos impostos através de legislação complementar, não terá de destinar 20% do total aos estados e ao Distrito Federal.

Sangue — A coleta, o processamento e a transfusão de sangue serão definidos por lei. Ficará permitida a comercialização de sangue e de seus hemoderivados.

Idosos/Deficientes — A Previdência garantirá uma pensão mensal ao deficiente e idoso carentes. Antes, fixava-se o valor de um salário-mínimo.

Funcionalismo — Cairá a estabilidade para o funcionário público com mais de cinco anos de serviço ininterrupto.

Minérios — As empresas estrangeiras que exploram recursos minerais e minerais hídricos terão quatro anos para se ajustar à nacionalização aprovada para o setor. Antes, não havia referência aos minerais hídricos.

Anistia de dívidas — A correção monetária das dívidas dos pequenos empresários urbanos e produtores rurais não será anistiada.

Anistia fiscal — Os débitos com a Fazenda contraídos até 31 de dezembro de 1987 não serão perdoados.

Não tem acordo

Associações — Apenas decisão judicial poderá dissolver ou suspender as atividades de associações.

Direito autoral — Os sindicatos dos artistas participarão da fiscalização do pagamento dos direitos autorais.

Aplicação dos direitos — Todos os direitos e garantias fundamentais entrarão em vigor na data da promulgação da nova Constituição.

Turno de seis horas — O trabalho realizado em turnos terá jornada máxima de seis horas. O PMDB concorda em excluir a palavra "máxima". O governo quer suprimir tudo.

Hora-extra — A remuneração da hora-extra será, no mínimo, 50% superior à da hora normal.

Acidente de trabalho — Além do seguro, o empregador terá de pagar indenização ao empregado quando for comprovado dolo ou culpa da empresa em acidente de trabalho.

Prescrição — O prazo de prescrição para ações trabalhistas (ou seja, prazo para se entrar na Justiça contra a empresa) será de cinco anos após a demissão para os trabalhadores urbanos e dois anos para os rurais.

Sindicatos — Além dos direitos e interesses coletivos, os sindicatos poderão defender os interesses individuais da categoria.

Recursos minerais — Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem à União. A exploração dos recursos minerais só será feita por empresas de capital nacional.

Contrato de risco — A União não poderá firmar contratos de risco para a exploração de minerais.

Telecomunicações — A exploração dos serviços de telecomunicações terá controle acionário estatal.

Funcionalismo — O servidor público civil terá direito de greve e poderá se sindicalizar.

Sindicatos — A União não poderá cobrar impostos das entidades sindicais dos trabalhadores.

Fortunas — A União poderá cobrar impostos sobre as grandes fortunas.

IR adicional — Os estados poderão cobrar um adicional de 5% sobre o valor do Imposto de Renda pago à União.

Reserva de mercado — A empresa brasileira de capital nacional terá proteção especial para seu desenvolvimento, desde que seja considerada imprescindível para o país.

Reforma Urbana — A propriedade urbana subutilizada poderá ser alvo de reforma promovida pelo município.

Saúde — O ministério da Saúde poderá controlar e fiscalizar a produção de medicamentos.

PIS/Pasep — A arrecadação destas duas contribuições financiará o programa do seguro-desemprego.

Em negociação

Prisão judicial — O PMDB, como quer o governo, concorda em mudar a regra que exige documento por escrito de autoridade judiciária para efetuar prisão que não seja em flagrante. Mas ainda não se chegou a uma fórmula alternativa.

Aviso-prévio — O aviso-prévio será proporcional ao tempo de serviço, tendo duração mínima de 30 dias. O governo não quer que o princípio seja regulado por lei futura.

Estabilidade sindical — O empregado que represente uma entidade, como a CUT ou a CGT, e o que ocupe, com suplente, um cargo na direção do sindicato não poderão ser demitidos.

Voto aos 16 anos — O governo quer suprimir o voto facultativo a partir desta idade. O PMDB não fechou posição.

Gás canalizado — Apenas os estados poderão explorar a distribuição do serviço de gás canalizado. Há possibilidade de abrir portas neste terreno para iniciativa privada.

TST — Os tribunais regionais de Trabalho não terão competência exclusiva no julgamento dos dissídios individuais. O último recurso ficaria com o Tribunal Superior do Trabalho.

Empresa nacional — O governo dará prioridade às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços. O PMDB quer remeter o assunto para a lei.

Juros — As taxas de juros reais serão tabeladas em 12% ao ano. O governo quer suprimir este artigo. O PMDB acena em jogar o valor da taxa para uma lei futura.

Médicos — O ministério da Saúde poderá intervir nas faculdades de medicina. O governo quer minimizar a ação ministerial.

Aposentadoria — O governo quer suprimir os ganhos extras, como gratificações, do conjunto das pensões.

Delegados — O salário dos delegados de polícia será equiparado ao dos promotores públicos.

Decreto-lei — Os decretos-leis em vigor perderão a validade com a nova Constituição. Estuda-se uma fórmula que os preserve por um determinado tempo.